

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PARANAGUÁ.

Ao Décimo Sétimo dia do mês de Novembro de Dois Mil e Quinze, iniciada às nove horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões da Biblioteca Municipal Mario Lobo, sito Rua Dos Expedicionários, Bairro Estradinha antiga Santa Casa de Misericórdia, foi realizada a sexagésima nona reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paranaguá. Estavam presentes os Conselheiros Marcos Aurelio Furuzawa (Secretaria de Urbanismo), Anderson Teixeira (Câmara Municipal de Paranaguá), Antonio Hercules Neto (CAB - Águas de Paranaguá) Frederico Luis Salavadori (CAB - Águas de Paranaguá), Eloir Martins (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá), Bruno Victor Kobiski (Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão), José Roberto Caetano da Rocha (FAFIPAR), Priscila da Mata Cavalcante (Ministério Público Estadual), Rafael Prado Engelhardt (IBAMA), Josiane Conceição (IAP), Sebastião Garcia de Carvalho (IAP), Christiano Maia Aichinger (Secretário Executivo) e o Presidente Luiz Fernando Gaspari de Oliveira Lima.

O Sr. Presidente Luiz Fernando inicia a reunião apresentando a pauta ao Conselheiros. Na seqüência é feita a assinatura da Ata da Sexagésima Oitava reunião. Seguindo a Pauta, o Secretário executivo Christiano apresenta o **PGRIS - Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos** e suas características técnicas. Foi informado que no ano de 2012, já existia tal Programa, porém, não foi aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Desta forma, um novo Programa deverá ser elaborado em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Promotora Dra. Priscila da Mata Cavalcante solicitou informações sobre como será feita a contratação deste Programa, se existe rubrica orçamentária e se está apresentado no orçamento anual da Secretaria de Meio Ambiente. O Presidente Luiz Fernando explica que o recurso será contemplado e encaminhado para aprovação de orçamento. Discorreu também sobre a busca de novas fontes de financiamento para aprovação do PGRIS e outros projetos de interesse. A Promotora Priscila complementa que deve-se considerar os modelos de projetos do CONAMA e Fundo Federal de Meio Ambiente, e ainda, ampliar a fiscalização nas empresas para que apresentem os seus próprios Projetos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. O Sr. Antonio Hercules Neto, da CAB, informa que o PGRIS deverá estar contemplado dentro do Plano Municipal de Saneamento Básico. Este ultimo terá sua renovação programada para o ano que vem, portanto, trata-se de uma oportunidade para unificação dos Programas. Por fim, consideram os Conselheiros que os Programas devem seguir o Plano Diretor da cidade. Seguindo para o próximo tópico, o Presidente Luiz Fernando informa que o **TAC proposto pelo Ministério Público do Trabalho** será apresentado na próxima reunião do Conselho pelo Dr. Tiago Leal, advogado da SEMMA. Repassou informações iniciais sobre o atendimento às Associações de Catadores, disponibilizando o caminhão da coleta seletiva da SEMMA para o recolhimento dos resíduos recicláveis e encaminhamento às Associações. A Promotora Priscila sugeriu que a **renovação dos alvarás** das empresas esteja vinculado ao cumprimento das exigências descritas no documento de Anuência Ambiental e apresentação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. o Sr. Sebastião do IAP questionou a problemática dos Resíduos Eletroeletrônicos, considerando que no ano de 2012 foi aprovado pelo COMMA a instalação de um ponto de coleta para estes resíduos, utilizando o recurso do Fundo do Meio Ambiente. Informou que o IAP recebe diariamente resíduos classe I e não tem a devida destinação. O Presidente Luiz Fernando respondeu ao questionamento, salientando que estão contemplados dois ecopontos para recebimento deste material em processo licitatório da

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signature]

SEMMA. Ainda, foi feito contato com a ONG E-Lixo, porém as tratativas não deram seqüência devido à falta de responsabilidade da ONG na destinação de outros tipos de resíduos que virão junto os eletroeletrônicos. Será feita nova análise para inserir a coleta do município neste caso. O Sr. Eloir Martins da Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Paraná indaga sobre a correta destinação dos resíduos feita por empresas não legalizadas e solicita mais fiscalização. O próximo assunto discutido trata-se do **PRAD - Projeto de Recuperação de Área Degradada** do Lixão do Imbocuí. O Secretário executivo Christiano iniciou apresentando as características técnicas do Projeto, descrevendo as etapas necessárias para o estudo. O Presidente Luiz Fernando discorreu sobre o assunto, explicando que só a elaboração do projeto não resulta em ação efetiva de fechamento do lixão e que será necessária obra de primeira etapa, considerando a drenagem do gás proveniente da decomposição do material e posterior cobrimento com material argiloso. A Promotora Priscila solicita maior fiscalização no local, com instalação de câmeras de segurança e disponibilização de guarda vinte e quatro horas. Complementa que este Projeto poderia ser financiado por empresa privada, em parceria com a SEMMA. O Sr. Eloir informa que estão sendo depositados materiais irregulares no meio da rua que dá acesso ao lixão, comprometendo ainda mais o local. De acordo com o Sr. ^{SEBASTIÃO} Antônio do IAP, no ano de 2011 foram feitos estudos sobre a contaminação por metais pesados no lixão e disponibilizados para a SEMMA e Ministério Público. O Presidente Luiz Fernando comenta que o estudo é de grande importância para a SEMMA e que irá localizar o arquivo. Continuando o tópico PRAD, o Presidente Luiz Fernando fala sobre a importância do fechamento do lixão, considerando a epidemia de dengue na cidade. Trata-se de um grande foco do mosquito e o cobrimento com material argiloso é ação fundamental para o controle da doença. O Sr. Marcos Furuzawa, da Secretaria de Urbanismo informa que o governo do Estado está cobrando este procedimento e que as medidas tomadas até agora, como o fumacê, não surtiram o devido efeito. Considera que o mutirão que será realizado neste mês deverá ter resposta mais evidente no combate à dengue. O Sr. Antonio Hercules alerta sobre a possível invasão de pessoas e construções irregulares no local caso seja coberto e recomenda que seja feito um parque para utilização da área. Com relação ao assunto **Modelos de Editais de Chamamento de Projetos** para utilização da verba do Fundo Municipal de Meio Ambiente, o secretário Christiano inicia a apresentação dos requisitos básicos que deverão compor os editais. É apresentado o passo a passo para elaboração e definição de prioridades. O Professor José Roberto da FAFIPAR comenta sobre a necessidade de projetos relacionados ao meio ambiente envolvendo as instituições de nível superior. Considera que o COMMA não tem condições de analisar todos os projetos e propõe a criação de uma comissão científica para avaliar cada projeto e posterior definição do COMMA. A Promotora Priscila sugere que os projetos deveriam ser abertos para ONG's e Instituições de ensino e indaga sobre a forma de publicação dos editais, como seriam definidos e como seria a avaliação via câmara técnica. Sugere também que sejam apresentados modelos mais práticos de projetos. O Sr. Bruno Kobiski da Secretaria de Planejamento informa que irá buscar os modelos e apresentar para o COMMA. Dando seqüência à pauta, iniciou-se a discussão sobre a **Definição de local para implantação de ETE - Estação de Tratamento de Esgoto da CAB - de Águas de Paranaíba na área do Parque do Guará**. Os representantes da CAB questionaram a implantação no referido local, considerando o custo de energia para distribuição da água. Tal fato acarretaria em aumento da tarifa. A Promotora Priscila sugere que sejam feitos estudos de novas áreas para implantação da ETE, considerando o menor impacto possível na Mata Atlântica. Ficou definido que este assunto será novamente colocado em pauta da próxima reunião, bem como os itens sete e oito da pauta, sendo **Informações sobre o Fundo Municipal do Meio Ambiente e**

Cadastro dos ocupantes das edificações na área delimitada nos estudos para implantação da Unidade de Conservação da Ilha do Valadares, referente ao processo administrativo nº.70.460/2015, respectivamente. Nos Assuntos Gerais, a Promotora Priscila propõe maior integração entre a APPA e o Município, bem como a utilização de softwares de geoprocessamento e georreferenciamento para melhorar a base de mapas do Município e o padrão das fiscalizações. Solicita que o sistema de processos da Prefeitura também seja integrado, visando o aprimoramento e fluência das informações de cada processo. O Presidente Luiz Fernando informa que esta integração já está inserida no novo sistema que será implantado pela Prefeitura. A Promotora Priscila sugere que o COMMA encaminhe ofício à Prefeitura solicitando a reserva antecipada de local e data para as reuniões, seguindo a premissa das terceiras terças-feiras de cada mês. Os Conselheiros definem a próxima reunião para o dia quinze de dezembro de 2015.

Então, pelo Presidente então é encerrada a sexagésima nona reunião do COMMA.



Christiano Maia Aichinger
Secretário COMMA



Luiz Fernando Gaspari de Oliveira Lima
Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEMMA

Frederico Luis Salvadori
CAB Águas de Paranaguá



Eloir-Martins
Associação Comercial, Industrial e
Agrícola de Paranaguá



Elcio Nagel
Secretário Municipal do Trabalho e Emprego

Antônio Hércules Neto
CAB Águas de Paranaguá



José Roberto Caetano da Rocha
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e
Letras de Paranaguá



Bruno Victor Kobiski
Secretaria Municipal de Planejamento



Marcos Aurelio Furuzawa
Secretaria Municipal de Urbanismo

Anderson Teixeira
Câmara Municipal de Paranaguá

Josiane Conceição
IAP - Instituto Ambiental do Paraná



Sebastião Garcia de Carvalho
IAP - Instituto Ambiental do Paraná

Takashi Nakayama
Secretaria Municipal de Urbanismo

Priscila da Mata Cavalcante
Ministério Público do Estado do Paraná